



Dossiê #5 do Tricontinental
Junho de 2018



Giorgia Prates/Brasil de Fato

Cidade de Curitiba, Paraná, Brasil

No prédio da Polícia Federal, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva encontra-se preso. Uma das maiores referências populares dos últimos tempos. Prisão arbitrária e injusta, com o objetivo de impedir sua candidatura à presidência do país, eleição essa que ocorrerá em outubro desse ano. Nas pesquisas de intenções de voto, Lula vem liderando os cenários na disputa presidencial, mesmo depois de preso, ainda mantém o dobro das intenções dos votos do segundo colocado.

De frente a prisão, uma multidão se encontra alojada no acampamento Marisa Letícia, nome dado em homenagem a esposa de Lula, que morreu ano passado. Com uma organização própria, partilhada entre os seus participantes que cumprem dentre diversas atividades, a segurança do acampamento, a distribuição de alimentos, a limpeza, a organização de atividades culturais e muitos debates políticos com personalidades do mundo todo que vêm prestigiar esse espaço com sua solidariedade. Acima de tudo, todos os dias, se organizam pela manhã e à noite para dizer em alto e bom som: “Bom dia presidente Lula” e “Boa noite presidente Lula”. São as sentinelas contra os que querem silenciar a democracia.

Entre o acampamento e a prisão há um abismo. Um representa a democracia e o outro representa um golpe.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

História: Quais são os antecedentes ao “golpe suave” no Brasil?

Evidencia-se assim uma ruptura com o processo democrático brasileiro que tem como desfecho o realinhamento do país aos interesses externos, mais precisamente, dos Estados Unidos, no que entendemos como uma nova ofensiva neoliberal, movimento esse observado, não apenas no Brasil, mas em toda América Latina.

Os ataques mais sistemáticos ao governo da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (sucessora do presidente Lula) tem início em meados de 2013, após as chamadas mobilizações de junho, em que milhares de jovens tomam as ruas para contestar o aumento da passagem do transporte público e, logo depois de uma forte repressão policial do governo do estado de São Paulo (dirigido pelo partido de direita, o PSDB), as manifestações aumentam para mais de um milhão de jovens em todo o país, com pautas difusas, mas que traziam para o centro da discussão questões como melhoria da qualidade dos serviços públicos, rechaço a classe política e a corrupção, além da pauta central do aumento das passagens do transporte público.

Mobilizações que a princípio foram condenadas pela grande imprensa, tendo o Grupo Globo como protagonista e outros setores da direita, mas logo depois viram a possibilidade de disputá-las, mudando o discurso de condenação para apoio,

convocando a população para ir às ruas, sendo o elemento que faltava para começar o desgaste contínuo de um governo eleito.

A partir da vitória da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores, no fim de 2014, para seu segundo mandato, as forças de oposição em conjunto com o Grupo Globo e as mídias a ela ligadas intensificam o processo de desestabilização política, não aceitando os resultados das urnas, infringindo diversas derrotas e bloqueios ao novo governo através do parlamento. E em seguida, há abertura de processo contra a presidenta por crime de responsabilidade fiscal, (crime que foi mais tarde desmentido pela perícia do Senado e reconhecido publicamente por lideranças da direita em entrevistas à imprensa), culminando no seu impeachment, observado como uma forma de golpe parlamentar.

De acordo com a professora Ermínia Maricato (USP) o ano de 2013 marcou o início da queda da hegemonia política do PT. Esse declínio se acentua até 2016 quando a presidenta Dilma Rousseff foi destituída pelo congresso nacional após uma campanha de oposição jurídica/midiática, onde “as forças que construíram o ciclo democrático não souberam se renovar durante todo o período e, acima de tudo, perderam o contato direto com as bases sociais”, ficando surpresas com as mobilizações sem conseguir esboçar uma ação para esse novo quadro que se desenhava.

O novo golpe trouxe rapidamente uma agenda antipopular. Com a aplicação de uma contrarreforma trabalhista que

precariza as condições de trabalho e enfraquece sobremaneira os sindicatos, um profundo ajuste fiscal que retira os recursos direcionados para as políticas sociais, congelando-os por 20 anos e uma política externa que submete o país a uma condição passiva, entregando os recursos naturais, como as mudanças nas leis referente a exploração do pré-sal, e desmantelamento da maior empresa estatal do setor, a Petrobras, bem como a criminalização das lutas populares e da esquerda como um todo. Em uma frase, eles buscam acabar com todos os avanços conquistados nos governos do PT desde 2003.

Mas quais são os motivos para esse golpe contra a democracia brasileira? O que leva a prisão de uma das principais referências populares e líder em intenção de votos para a presidência do país? E por que os movimentos populares e sindicais estão empenhados na defesa do Lula e na denúncia ao risco que vem correndo à jovem democracia brasileira? Nosso dossiê, o quinto do **Tricontinental: Instituto de Pesquisa Social**, tenta responder essas questões.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

A onda rosa

Assistimos nas últimas décadas (de 2000 para cá) um avanço das forças progressistas e movimentos de contestação ao receituário do Consenso de Washington, políticas colocadas pelos EUA e seus aliados para forçar os países a um processo de abertura econômica irresponsável, privatizações, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas. Políticas essas que levaram à quebra da economia de muitos países. Os anos de 1980, por conta dessas políticas, foi conhecida em muitas regiões como a década perdida. Os anos de 1990 não foram melhores. A desigualdade social reinou, mesmo com a queda de muitas ditaduras militares.

Vitórias importantes em toda América Latina no fim da década de 90 e início dos anos 2000 traziam uma reação contrária às políticas neoliberais. A vitória de Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, os Kirchner na Argentina, Michelle Bachelet no Chile, Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai, Rafael Correa no Equador, Tabaré Vázquez e José Mujica no Uruguai, bem como Lula e Dilma no Brasil, são exemplos dessa “onda rosa” que tomou o continente.

Os novos governos reconheceram que não seria possível manter suas políticas progressistas, se estivessem apenas focadas em políticas internas aos seus países. Precisavam desenvolver um novo tipo de regionalismo. Foi o que impulsionou a reconstrução

de políticas regionais e de integração latino-americana, construção de novos espaços como a UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) em 2004, a CELAC (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos) em 2008. Essa é a razão porque o Brasil ampliou um importante espaço como o IBSA (Índia, Brasil e África do Sul), para os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) idealizados desde 2006, fortalecendo as relações internacionais do eixo Sul-Sul, fora da esfera de influência dos Estados Unidos.

No Brasil, o PT colocou uma agenda que não rompe por completo com as políticas neoliberais, em uma complexa composição política e de classes, mas que permitiu ganhos substanciais para o povo e à classe trabalhadora, com o aumento da formalização do trabalho, aumento real do salário mínimo, o combate a miséria extrema, inserção de milhões ao mercado consumidor com acesso a bens públicos como luz e água, índices de desigualdade em queda, a inserção da juventude das periferias em universidades públicas e privadas dentre outras ações. Sem contudo, mexer nos lucros do da elite brasileira e do sistema financeiro. Nem confrontou o monopólio dos meios de comunicação.

Entre as políticas de retomada do controle do Estado, a estratégia do governo foi utilizar a Petrobras como uma ferramenta de desenvolvimento interno, com crescimento do investimento público na economia e em pesquisa e desenvolvimento (P&D), com políticas de conteúdo local para a exploração do petróleo e por fim a alteração da lei de exploração do petróleo, depois

da descoberta do pré-sal em 2007 pela empresa, a partir de suas tecnologias inovadoras. Assim, retirou do mercado o poder de exploração e apropriação dos seus recursos, colocando a Petrobras como operadora única e impondo royalties maiores que deveriam ser revertidos para a saúde e educação no país.

No plano internacional, as relações de integração na América Latina buscadas pela UNASUL e CELAC foram desenvolvidas com uma agenda própria, fora dos interesses dos EUA e seus aliados. Os BRICS, com todas suas limitações, serviram como uma alternativa de desenvolvimento e financiamento dos países com a criação de seu próprio banco de desenvolvimento, buscando mudar o eixo geopolítico determinado pelos Estados Unidos, via FMI e Banco Mundial.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

Guerra híbrida

Com o acirramento da crise de 2008 e o aumento da disputa pelo domínio da geopolítica mundial, o que colocava a hegemonia dos EUA em xeque, este país passa a uma nova ofensiva global de retomada do controle, atuando em governos e países com potencial de ameaçar sua autoridade. O golpe em Honduras em 2009 abriu um novo período na América Latina. Isso mostrou que os EUA usariam todos os meios para recuperar o comando nessa região. O que se observa do México a Argentina é a sua influência nas políticas econômicas e sociais, bem como apoio a mudanças de governo, de formas diferenciadas de acordo com cada país.

A nova estratégia utilizada pelos Estados Unidos para o fim de recolocar sua nova agenda neoliberal diante de governos e países progressistas se dá a partir da chamada *guerra-não-convencional*, método detalhado no Manual para Guerras Não-Convencionais das Forças Especiais dos EUA, que define entre seus objetivos “explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo e apoiando forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos.”

A *guerra híbrida*, argumenta o jornalista Pepe Escobar, especialista em conflitos internacionais, tem sido usada efetivamente contra os países que compõem o bloco dos

BRICS. Primeiro impondo sanções pesadas e demonização a um dos países mais fortes do bloco, a Rússia, ataque a sua moeda, guerra de preços do petróleo e a tentativa de uma revolução colorida nas ruas de Moscou. A pressão sobre a Rússia e a China vem também pelo cerco a Eurásia através da instalação de bases militares dos EUA, além da movimentação da OTAN ao leste. Já para atacar o Brasil, seus métodos foram mais sutis e complexos nessa nova modalidade de guerra. Pepe Escobar, analisando a atuação no Brasil, destaca que é essencial como primeiro passo influenciar uma classe média não engajada para avançar com os métodos de desestabilização política de um governo, investindo em pequenos grupos de jovens nas redes sociais que fomentem o descontentamento popular, num jogo bem organizado com a grande mídia, fabricando e difundindo suas verdades apontando Rousseff e Lula como os mais corruptos no Brasil. O país foi sujeito a um tipo não convencional de guerra pelas forças conservadoras e seus aliados estrangeiros.

Como observou o professor Alexandre Aragão de Albuquerque, pesquisador do Grupo Democracia e Globalização da Universidade Estadual do Ceará (UECE), duas ações básicas devem ser colocadas em prática nesse processo de desestabilização brasileira. A primeira ação busca criar e reforçar a percepção da população sobre a legitimidade da causa para derrubar o adversário, por exemplo, “a luta contra a corrupção”. A segunda ação desenvolve-se simultaneamente visando corroer a percepção da população sobre a legitimidade do oponente no poder, para demonizá-lo, ou seja, identificá-lo

como o causador de todo o mal vigente.

A arquitetura está montada com a grande mídia – Grupo Globo –, o Judiciário e os parlamentares de um lado e grupos financiados externamente, criando *fake news* e insuflando uma classe média não-engajada contra um governo democraticamente eleito.

O caso contra Lula

Entre os métodos da guerra não-convencional, o que tem sido utilizado e denunciado no caso brasileiro é o conceito *Lawfare* que pode ser entendido como uma guerra jurídica, assimétrica, mediante o uso ilegítimo da justiça, com fins econômicos e políticos.

Esse conceito se traduz, para o professor de direito Carlos Lodi, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), “no processo de usar a violência e o poder inerente à lei para produzir resultados políticos como o afastamento de um adversário pelo uso abusivo do sistema jurídico em substituição aos processos eleitorais constitucionalmente vigentes”.

O instrumento usado com o fim de atacar o PT e suas lideranças foi a Operação Lava Jato, iniciada em 2014. Uma operação encabeçada por um juiz de primeira instância de Curitiba, Sérgio Moro, com o suposto objetivo de investigar as denúncias de corrupção nos contratos da Petrobras com as grandes empreiteiras. A Lava Jato se tornou a ferramenta principal de deslegitimação e perseguição política à presidenta Dilma e Lula. A intenção política da Lava Jato ficou evidente, quando o juiz Moro vaza de forma ilegal para a imprensa o conteúdo de escutas telefônicas entre a chefe de Estado, Dilma, atentando contra a segurança nacional, com o claro objetivo de criar uma presunção de culpa em relação aos envolvidos, impedindo a nomeação de Lula como ministro de

Estado e conturbando o ambiente político nacional.

Os efeitos da Lava Jato sobre a Petrobras também foram danosos, enfraquecendo a companhia, com o plano de privatizar, embora não por completo, partes de suas operações, multilando um importante instrumento. Com o bloqueio dos contratos da Petrobras, foram retirados mais de R\$ 140 bilhões da economia brasileira apenas em 2015, com impacto em toda a cadeia produtiva e mais de 4 milhões de desempregados.

O objetivo principal se transformou na tentativa de vincular Lula aos processos de investigação, ainda que sem provas, desfigurando de uma operação de combate a corrupção para promover sucessivos julgamentos políticos. O objetivo de cada ação caminhava no sentido de deslegitimar Lula, imputando-lhe o título de culpado através de diversas ações ilegais.

Entre as ilegalidades, está a tentativa de condução forçada de Lula para prestar depoimento em 2016, onde a polícia tentou encaminhá-lo para Curitiba, frustrada pela reação popular. Os grampos telefônicos dele e de seus advogados (o que é ilegal). Delações feitas por empresários e outros réus, sem provas, tendo como moeda de troca a diminuição de suas penas, conhecidas como delações premiadas, entre outras arbitrariedades, são alguns exemplos desse desgaste orquestrado pelo Judiciário.

Para o professor de ciência política Luis Felipe Miguel da Universidade de Brasília (UNB), os mecanismos para acusar Lula funcionam como uma triangulação, onde a primeira ponta vinha

de uma informação contrária ao ex-presidente, vazada pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, e, em seguida, os meios de comunicação colocavam esse vazamento como principal tema da semana. A segunda ponta era feita no caminho inverso, com um meio de comunicação anunciando algum “furo” de reportagem, seguido pela investigação iniciada pelo Ministério Público ou Polícia Federal que dava respaldo oficial à informação.

A terceira ponta do triângulo são os websites dedicados a *fake news*, alimentando a militância de direita, com versões mais simples e agressivas das notícias, tendo papel importante as pequenas mensagens e imagens caricaturais que difundiam essas mentiras, produzindo um ambiente tóxico.

Não encontrando relação alguma que incriminasse o ex-presidente Lula, além da produção cotidiana de falsas notícias e “furos” de reportagem, a justiça de Curitiba foca sua campanha de incriminação numa possível doação de um apartamento (apelidado de triplex) na cidade do Guarujá, no litoral de São Paulo, da empresa OAS para Lula, como forma de se beneficiar nos contratos com a Petrobras, a partir da delação premiada de José Aldemário Pinheiro Filho, ex-presidente da OAS. Pinheiro se encontrava preso há mais de um ano e em todos seus depoimentos negava a participação de Lula em qualquer esquema. Após um acordo fantástico de redução da pena, passa a acusar o ex-presidente, embora sem apresentar prova nenhuma.

Baseado na acusação de Pinheiro, o juiz Sérgio Moro sentencia em primeira instância o ex-presidente Lula por corrupção passiva no

caso do triplex, que ocorre quando um servidor público recebe favores em troca da prática de um ato de ofício, e lavagem de dinheiro. Num jogo de cartas marcadas com os desembargadores na segunda instância (TRF4), reforçam a pena, dando prioridade ao processo de Lula, em um tempo recorde de leitura de 250 mil páginas em 6 dias feita pelo revisor do processo. O que equivaleria a ler duas mil páginas por hora, sem dormir, durante os seis dias, como ironizou o sociólogo Emir Sader.

Da necessidade premente de desgastar a imagem de Lula e tentando impedir sua candidatura presidencial, o que seria frear o avanço do projeto de realinhamento do país à hegemonia estadunidense, logo após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negar o pedido do ex-presidente de responder em liberdade (habeas corpus), o juiz Sérgio Moro emite a ordem de prisão de Lula, utilizando-se de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2016, que permite o cumprimento da pena com a prisão do réu, julgado na segunda instância, sem que tenham se esgotado as possibilidades de defesa.

No dia 07 de abril, sábado, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, sindicato que foi determinante na luta pela redemocratização do país na década de 70, liderado na época por Lula, então trabalhador metalúrgico da região. Na sala do sindicato, símbolo da democracia, o ex-presidente é levado preso pelo Judiciário, cada vez mais alçado a símbolo da elite. Sob o protesto de milhares de manifestantes que ali estavam.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

A defesa de Lula

Lula é acusado de ser dono de um apartamento doado pela empreiteira OAS. Para a Frente Brasil de Juristas pela Democracia, nenhuma testemunha ouvida afirmou qualquer fato que ligue a propriedade do imóvel a Lula. O que ficou confirmado é que ele visitou o apartamento apenas uma vez, nada mais que isso. Mas é preciso entender que o crime não é ter um apartamento, mas receber esse apartamento como vantagem indevida por ter praticado, enquanto funcionário público, um ato de corrupção passiva. O juiz Moro teria que identificar o ato específico do ex-presidente Lula a partir do qual ele receberia uma vantagem, um triplex, mas o juiz não consegue identificar que ato foi esse e nem tem documentos que comprovem que o apartamento é do ex-presidente.

A sentença de Moro ignora os depoimentos de 73 testemunhas de defesa e de acusação que inocentaram Lula e só leva em conta a palavra de dois réus que já estavam condenados e mudaram seus depoimentos originais. Quando a defesa de Lula questiona as contradições da sentença, pela primeira vez, teve como resposta de Moro que não era preciso provar que Lula era o proprietário do triplex nem que a construção e reforma do imóvel tenham sido feitas com recursos desviados da Petrobras. Vale lembrar que a alegação de que os recursos desviados eram da Petrobrás, foi o que justificou o processo ter saído da justiça de São Paulo e ido parar nas mãos do juiz

Sergio Moro. Uma condenação feita sem provas, apenas com a convicção do Poder Judiciário e da grande mídia que era necessário condenar Lula.

Para haver corrupção passiva, afirma o professor Carlos Lodi, o ex-presidente teria que ter praticado algum ato, no exercício do cargo, que constituísse vantagem ilegal em favor da empreiteira OAS, em troca de vantagem indevida. No entanto, não houve êxito em comprovar que Lula tenha tido qualquer participação na celebração ou negociação dos contratos com a Petrobras.

Ainda que o imóvel fosse de Lula, o que se viu não ser verdadeiro, continua Lodi, ao tratar da acusação por lavagem de dinheiro, não estando o triplex em seu nome, não “lavaria” o bem, que permaneceria oculto. O que foi lavado afinal? O que permaneceu oculto? Não faz o menor sentido.

O golpe iniciado com o impeachment da presidenta Dilma, segue com a tentativa de impedir a candidatura de Lula à presidência, numa clara destruição da democracia, que vem se esfacelando dia a dia. Nas palavras de Ivana Jinkings, “a ruptura institucional tem agora uma pedra angular, a prisão do ex-presidente Lula”.

O golpe suave em perspectiva

O que fica evidente na tentativa por desmoralizar e fazer de Lula inelegível tem dois objetivos. O primeiro é tirar do povo a possibilidade de decidir sobre as escolhas políticas que foram traídas depois do golpe. O segundo objetivo é o realinhamento do país as políticas de retirada de direitos e submissão ao mercado financeiro à hegemonia estadunidense.

Ainda sobre o segundo objetivo, de realinhamento das relações de negócios e entre os países, tem outros três grandes vetores:

1. Alinhamento incondicional aos Estados Unidos em todos os temas, fóruns e instâncias do sistema internacional;
2. Adesão irrestrita à globalização neoliberal;
3. Envolvimento ostensivo na campanha internacional para depor o presidente venezuelano Nicolás Maduro e esmagar a Revolução Bolivariana, devolvendo o poder à direita local, aliada aos EUA.

Os EUA têm recolocado seu papel como agente principal de desestabilização na América Latina. Desde o golpe em Honduras em 2009, encorajando e incentivando os governos a derrubar a dinâmica bolivariana. Sob pressão das forças estadunidenses, os militares do Brasil, Peru e Colômbia fizeram uma manobra

militar ocorrida no final de 2017 (AmazonLog17) com argumento de ensaiar situações de emergência humanitária nas fronteiras com a Venezuela. Segundo a analista Ana Esther Ceceña, do Observatório Geopolítico Latino Americano, trata-se de uma operação para acabar com os governos progressistas na América Latina, reforçando o cerco a Venezuela. O golpe suave no Brasil faz parte dessa dinâmica.

As transformações contínuas operadas no Brasil depois do golpe suave de 2016 se expressam no desmonte dos direitos sociais e no rompimento do pacto estabelecido no processo de redemocratização, contradizendo todas as premissas da Constituição cidadã de 1988.

Projetos apresentados pelo governo Temer que reformam as leis trabalhistas (aprovada em 2017) e previdenciária, a aprovação do projeto que congela os investimentos em áreas como saúde e educação pelos próximos 20 anos, uma taxa de desemprego que atinge mais de 13 milhões, aumento da fome e da miséria, bem como o aumento da taxa de mortalidade infantil, que apresentava queda a 13 anos, são os resultados mais visíveis para o povo.

O governo Temer tem oferecido grandes benefícios às corporações multinacionais e às elites brasileiras. Um dos pilares do golpe, o pré-sal, teve mudanças na lei de exploração do petróleo, onde a Petrobras deixa de ser operadora única dos recursos, sem ser obrigada a assumir nem ao menos 30% dos consórcios vencedores, como determinava a lei anterior.

Também houve redução do conteúdo nacional mínimo que permitia um desenvolvimento local no setor, que agora beneficiará as companhias estrangeiras de petróleo, que já vem participando dos leilões de blocos exploratórios de óleo e gás no Brasil.

Essa mudança na lei de exploração dos recursos naturais em benefício de companhias estrangeiras mostra uma guinada nas relações externas brasileiras, de forma submissa às exigências políticas e econômicas dos Estados Unidos.



Giorgia Prates/Brasil de Fato

Lula como um símbolo

Lula figura como um símbolo vivo de que a classe trabalhadora pode chegar ao poder. A prisão política do ex-presidente Lula traz em si todo um quadro de avanço conservador contra o povo e a democracia para seguir nos objetivos do golpe. Para os movimentos populares, a luta pela sua libertação e a defesa do direito de ser candidato, assim como lutar por eleições livres e democráticas em 2018 são fundamentais para derrotar as forças golpistas nas urnas com possibilidade de reverter as reformas neoliberais.

Para os trabalhadores da Petrobras, segundo a FUP (Federação Única dos Petroleiros, entidade dos trabalhadores ligados a CUT, uma das maiores centrais sindicais do país), está evidente que a prisão de Lula representa um dos capítulos do golpe que tem uma relação direta com a entrega do petróleo para o capital estrangeiro. Afeta diretamente os empregos e o desenvolvimento nacional, por isso nas assembleias com toda a categoria têm sido aprovadas greves contra o desmonte que tem acontecido na Petrobras e em defesa do ex-presidente Lula.

Em carta direcionada ao povo brasileiro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) declara seu apoio a candidatura de Lula à presidência, entendendo que essa defesa representa a luta contra o golpe e os desejos do povo

brasileiro por mudanças nesse cenário de crise. Explicita que os responsáveis pela crise e instabilidade política vivida hoje e que devem ser enfrentados são “o capital financeiro internacional; os veículos de comunicação, em especial o Grupo Globo, que alimentaram e insuflaram os movimentos golpistas e fascistas; e o Poder Judiciário, que por um lado, coloca os seus interesses e privilégios acima da Constituição, e por outro, premia com a impunidade toda repressão e violência contra os pobres.”

A Frente Brasil Popular (uma articulação de vários movimentos populares, sindicais e partidos políticos de esquerda) tem construído comitês populares em defesa da democracia e da liberdade de Lula pelo país, construindo mobilizações e denunciando o golpe em curso.

As tensões sociais estão em alta. O monstro do ódio e neofascismo criado pelo Grupo Globo, o Judiciário e forças conservadoras do país caminha solto. O assassinato da militante popular e vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Marielle Franco, não pode ser interpretado fora desse quadro de tensão. Sua denúncia aos desmandos do Estado e genocídio contra o povo negro e da periferia lhe custaram a vida.

Os disparos contra a caravana de Lula em 2017, na tentativa de barrar sua passagem pelos estados brasileiros, apresentando as consequências do golpe que vivemos, bem como os disparos contra o acampamento Marisa Letícia em abril de 2018 por grupos fascistas mostram o clima que vivemos. Todos esses

casos seguem sem que os culpados fossem encontrados e julgados.

Ainda assim, o acampamento Marisa Letícia continua aumentando o número de participantes, com caravanas chegando de todos os estados do país. A comunidade do entorno, que no começo foi inflamada pela mídia dos horrores que essa ocupação traria, já se insere na dinâmica dos acampados, com atos de solidariedade, cedendo espaços das casas, banheiros, lavando a roupa dos participantes e ajudando na alimentação, além da participação nos debates e eventos culturais. Sua hostilidade agora se transformou em solidariedade. É assim que o futuro se parece: não como um governo golpista, mas como o acampamento Marisa Letícia.





Giorgia Prates/Brasil de Fato

Carta do MST ao povo brasileiro

O Brasil vive uma profunda crise econômica, política, social e ambiental, resultante da crise internacional do capitalismo e da própria incapacidade deste sistema em solucionar as contradições que gera. Neste contexto, as saídas autoritárias, como os golpes e ataques à democracia, tem sido a fórmula adotada para garantir uma violenta ofensiva neoliberal, que retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, ao mesmo tempo em que sequestra e subordina o Estado aos interesses de grandes grupos empresariais.

É necessário ter clareza e identificar quem são os responsáveis por esta crise e pela instabilidade política em que vivemos para enfrentá-los: o Capital financeiro internacional; os veículos de comunicação, em especial a Rede Globo, que alimentaram e insuflaram os movimentos golpistas e fascistas; e o poder Judiciário, que por um lado, coloca os seus interesses e privilégios acima da Constituição, e por outro, premia com a impunidade toda repressão e violência contra os pobres.

Este momento exige das forças progressistas unidade na ação e esforço em construir um Projeto Popular para o Brasil, capaz de enfrentar os problemas estruturais de nosso país, combatendo a miséria e o desemprego; retomando o desenvolvimento; enfrentando a questão habitacional e a mobilidade urbana nas cidades; garantindo saúde e educação públicas e de

qualidade; realizando a reforma agrária no campo; protegendo os bens comuns da natureza e impedindo sua privatização; e, recuperando a soberania nacional.

Por isso, convocamos o conjunto da sociedade para construir e participar do Congresso do Povo Brasileiro, organizado pela Frente Brasil Popular, para que seja este espaço de discussão e organização em torno dos problemas do país e das medidas estruturais necessárias para superá-las.

Também reafirmamos nossa convicção na inocência do Presidente Lula, defendemos seu direito de concorrer às eleições presidenciais e, diante desta prisão política resultado de um processo ilegal e ilegítimo, exigimos sua liberdade!

Por todas essas razões, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, vem a público declarar o apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por entender que ela representa a luta contra o golpe e os desejos do povo brasileiro por mudanças nesse cenário de crise que assola a todos nós.

Não deixaremos esquecer, nem compactuaremos com a impunidade e por isso exigimos a solução e a justiça para os assassinato de nossa companheira Marielle, assim como de tantos jovens pobres vítimas das repressão. Que seu exemplo em vida continue inspirando os jovens, as mulheres e os trabalhadores e trabalhadoras nestes tempos de repressão e autoritarismo. Em sua memória, nenhum momento de silêncio, mas o compromisso e a luta das trabalhadoras e

dos trabalhadores rurais Sem Terras contra o golpe, contra a retirada de direitos e da liberdade, por um país mais justo, igualitário e soberano!

Lula Livre!

Marielle Vive!

Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!

—*Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*

São Paulo, 12 de maio de 2018



Giorgia Prates/Brasil de Fato

Manifesto ao povo brasileiro da Frente Brasil Popular

1. Um homem está sendo perseguido e injustiçado porque provou, junto com o povo brasileiro, que é possível construir uma sociedade mais livre, justa, fraterna e solidária em nosso País. Querem cassar os direitos políticos desse homem: Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente filho do povo e defensor dos trabalhadores e dos mais pobres. Querem cassar o direito do povo de votar livremente em quem representa os milhões de brasileiros que sofrem, hoje, com o desemprego, a redução do salário, a revogação de direitos históricos e o desmonte das políticas que promoveram a superação da fome e a redução da desigualdade em nosso País.

2. A perseguição contra Lula é movida por setores do sistema judicial, notadamente a Justiça Federal, o Ministério Público e a Polícia Federal da Lava Jato, além do TRF-4, associados à mídia mais poderosa e opressiva do País, tendo à frente a Rede Globo. O objetivo dessa perseguição, arbitrária, opressiva e ilegal, é não permitir que o povo possa votar em Lula presidente mais uma vez.

3. Eles não querem apenas prender o cidadão Lula. Querem interditar a causa que ele representa e defende: a inclusão social, a promoção dos direitos do povo, das mulheres, crianças, negros, indígenas, da população LGBT, das pessoas com necessidades especiais; a valorização dos salários e a

geração de empregos; o apoio às pequenas e médias empresas, à agricultura familiar e à reforma agrária; a defesa da soberania nacional e a construção de um País mais igual e mais justo.

4. Para excluir Lula das eleições presidenciais, criaram mentiras e moveram um processo arbitrário, atribuindo a ele crimes que jamais foram provados, até porque Lula sempre agiu dentro da lei, antes, durante e depois de ter sido presidente do Brasil. Para condená-lo, sem crime e sem provas, não tiveram escrúpulos de violar as mais elementares garantias constitucionais e transgredir os princípios democráticos fundamentais.

5. Lula é inocente e continua desafiando a Lava Jato a provar que algum dia tenha recebido ilicitamente sequer dez centavos, de quem quer que seja. Quebraram o sigilo bancário dele e de seus filhos, fizeram uma devassa nas contas do Instituto Lula, grampearam seus telefonemas, conduziram-no à força e ilegalmente para prestar depoimento, cercearam sua defesa, negociaram depoimentos de criminosos em troca de benefícios penais e financeiros, mas não encontraram qualquer prova dos crimes de que lhe acusam. Lula já provou sua inocência e continua desafiando que provem sua culpa.

6. Por ter um compromisso histórico com nosso País e nosso povo, no dia 7 de abril de 2018 Lula cumpriu o mandado de prisão expedido de forma ilegal e arbitrária. Mesmo tendo recebido ofertas de asilo em países democráticos, preferiu ficar aqui e encarar seus acusadores mentirosos. Como acredita que ainda se faça justiça nesse País, aguarda o julgamento do

mérito dos recursos de sua defesa.

7. Mesmo encarcerado, Lula continua candidato à presidência da República, porque não aceita ver passivamente o país ser administrado com incompetência econômica, política e social. Não aceita a entrega do patrimônio nacional a interesses privados nem que o Brasil abra mão da soberania corajosamente conquistada. É para manter esta situação de sofrimento do povo e de ruína do País que os poderosos, os golpistas e a Rede Globo querem manter Lula preso e tirá-lo das eleições. Mas o povo, a lei e a Constituição estão ao lado de Lula.

8. A Legislação Eleitoral garante que Lula pode ser escolhido candidato à presidência por seu partido e que sua candidatura pode ser registrada até 15 de agosto, com o nome e a fotografia inscritos nas urnas eletrônicas e o direito de participar da propaganda eleitoral no rádio e na TV. Somente depois disso a Justiça Eleitoral poderá decidir sobre sua elegibilidade, cabendo recursos, se necessário, ao Supremo Tribunal Federal. Estes são os fatos, queiram ou não queiram os comentaristas da Globo, pois eles não fazem a lei nem representam o Brasil verdadeiro, apenas repetem a voz do dono.

9. De onde se encontra, Lula mantém sua fé no Brasil, que pode voltar a ser uma das maiores economias do mundo, pode crescer e criar empregos, e acredita que o povo brasileiro pode recuperar sua autoestima, a soberania nacional e tomar decisões em função dos seus próprios interesses, superando o complexo de vira-latas, como aconteceu em seu governo.

10. Para isso, é necessário recuperar a indústria nacional, resgatando o papel estratégico da Petrobrás, preservando a Eletrobrás e os bancos públicos, como o Banco do Brasil, o BNDES e a Caixa. É necessário investir cada vez mais em educação, ciência, tecnologia e pesquisa, para o Brasil voltar a ser competitivo internacionalmente. E é necessário recuperar os programas sociais que garantem transferência de renda, apoio à agricultura familiar, à reforma agrária, à habitação popular, além da política de valorização dos salários, para que o povo possa participar e colher os frutos do crescimento econômico.

11. O Brasil só vai superar a profunda crise em que se encontra por meio de eleições livres e democráticas, com a participação de todas as forças políticas e de todos os candidatos, inclusive Lula, respeitada a autonomia dos partidos, a legitimidade das pré-candidaturas já postas e preservando o esforço pela convergência programática e política do campo democrático. Só assim teremos um governo com legitimidade para fazer do Brasil, novamente, um país melhor e mais justo. E só assim poderemos debater e criar uma nova ordem da comunicação, sem monopólios, democratizando o acesso à informação e aos meios de expressão.

12. O Brasil quer voltar a ser um país em que todos tenham os direitos reconhecidos, em que não haja ódio, preconceito e violência, como a que assassinou Marielle e Anderson e que massacra cotidianamente os pobres, os negros, as mulheres, os camponeses e os indígenas.

13. O Brasil quer voltar a ser um país do tamanho dos seus sonhos. Voltar a ser o país que cultivou a fraternidade, o respeito às diferenças e o diálogo internacional pela paz, como foi com Lula presidente. Quer voltar a ter confiança no presente e esperança no futuro, sem medo de ser feliz.

Por eleições livres e democráticas!

Lula Livre!

Marielle Presente!

Pelo direito de Lula ser candidato!

Pelo direito do povo votar livremente!

—*Frente Brasil Popular*

Tricontinental: Institute
for Social Research *is an
international, movement-driven
institution focused on stimulating
intellectual debate that serves
people's aspirations.*

Tricontinental. Instituto
de Pesquisa Social *é uma
instituição internacional,
organizado por movimentos,
com foco em estimular o debate
intelectual para o serviço das
aspirações do povo.*

the **trico**ntinental.org